



Panorama da Educação Ambiental em Portugal

Maria Manuela Morais¹

Paulo Alves Pereira²

Anabela Durão³

Resumo: Neste artigo partimos de uma contextualização a nível global, alertando para a crise ambiental instalada e propondo uma reflexão profunda sobre os fundamentos do saber e o sentido da vida que devem orientar escolhas para a humanidade. Introduzimos a teoria da complexidade como uma via para a transformação dos valores, referindo igualmente a necessidade de uma mudança nos domínios emocionais, para a formação de cidadãos empenhados na construção de culturas em que o amor e a aceitação do Outro sejam alicerces para uma sociedade sustentável. Após contextualização apresentamos o panorama da Educação Ambiental em Portugal, fazendo uma cronologia sumária de acontecimentos que relatam o despertar da consciência ambiental. Complementarmente abordamos alguns resultados de ações/projetos representativos da situação atual. Com isto, procurámos sublinhar: (i) o estado da Educação Ambiental em escolas de diferentes graus de ensino; (ii) a participação de atores sociais na gestão de bacias hidrográficas, através do caso de estudo de uma bacia; (iii) e ações piloto de carácter interdisciplinar, utilizando a arte como veículo de comunicação. Terminamos com algumas reflexões do estado atual da Educação Ambiental, realçando as principais dificuldades e desafios.

Palavras-chave: consciência ambiental, educação ambiental formal, participação pública, arte.

¹ Professora Auxiliar do Departamento de Biologia da Universidade de Évora. Diretora do Laboratório da Água da mesma instituição. Membro integrado do Instituto de Ciências da Terra (ICT). Doutora em Biologia, ramo Limnologia pela Universidade de Évora em Portugal.

² Professor Auxiliar com Agregação do Departamento de Artes Cénicas da Universidade de Évora. Encenador e Antropólogo Teatral. Doutorada em Teatologia e Comunicação Cultural pela Humboldt-Universität zu Berlin, na Alemanha.

³ Professora Adjunta do Instituto Politécnico de Beja. Doutorada em Ciências da Engenharia do Território e do Ambiente pela Universidade de Évora em Portugal.



Abstract: In this paper we start from a global contextualization, alerting for the environmental crisis already installed and proposing a deep reflection on the knowledge and the meaning of life, which should guide the choices for the humanity. We introduced the theory of the complexity as a way for the transformation of values; also we point out for the need for a change in the human emotions to build up cultures based on love and on the acceptance of the Other for a sustainable society. After the contextualization we present the state of the Environmental Education in Portugal, making a brief chronology of the events that report the environmental awareness. Complementary we present some results of actions/projects representative of the current situation. With this we try to emphasize: (i) the state of the Environmental Education in schools of different education levels; (ii) the stakeholders' participation in basin management, taking a case study; (iii) and an interdisciplinary pilot action that utilise the art as a vehicle of communication. We finished with some reflections on the current state of the Environmental Education, highlighting the main difficulties and challenges.

Keywords: environmental awareness, Environmental Education in schools, stakeholders, art.

1. Introdução

A crise ambiental contemporânea reflete a forma como o ser humano se tem relacionado com o Planeta Terra, sobretudo após a II Guerra Mundial. Durante os últimos 50 anos o ser humano tem alterado os ecossistemas naturais mais rapidamente do que em qualquer outro período da história da humanidade. Como resultado, assistimos a uma enorme perda de biodiversidade à escala planetária, a um aumento substancial da concentração atmosférica de diferentes gases de efeito estufa, - a terra está a aquecer rapidamente - (IPCC, 2014), a uma alteração das taxas de conversão do nitrogénio - presentemente a maior percentagem de conversão de azoto atmosférico em formas reativas, resulta da produção de fertilizantes e da combustão de combustíveis fósseis, no seu conjunto superior à totalidade dos efeitos de todos os outros processos naturais - (Braga *et al.*, 2014).

De acordo com Leff (2010, 2011) esta situação global resulta do processo de racionalização que desvinculou a razão do sentimento, o conhecimento da ética e a sociedade da natureza. É uma crise da razão que se reflete na degradação dos recursos naturais e na perda de sentido dos seres humanos, como resultado de políticas neoliberais. Os ideais de produção deste tipo de pensamento estão sobretudo baseados em indicadores financeiros, os quais acabam por conduzir à exclusão social e à destruição do ambiente. Uma lógica que entende a natureza como recurso e a valoriza



não pelo seu valor intrínseco, mas pela possibilidade de a tornar mercadoria ao serviço dos seus interesses (Maia, 2015).

Esta realidade conduz-nos a uma reflexão profunda sobre os fundamentos do saber e o sentido da vida que devem orientar escolhas para a humanidade. Neste contexto civilizacional pensadores como Edgar Morin (1977; 2006) e Enrique Leff (2011), entre outros, questionam os modelos da sociedade moderna ocidental e propõem um novo paradigma de produção apoiado em bases ecológicas. Este novo paradigma parte da desconstrução do pensamento vigente e contrapropõe a teoria da complexidade, a qual destaca o papel da democracia, equidade, justiça, participação e autonomia, de todos os cidadãos. Todavia convêm não esquecer que uma mudança de paradigma social, conducente a uma transformação da ordem económica, política e cultural, só será possível com a transformação da consciência, por conseguinte, com a emancipação e libertação do ser humano (descrito por Hegel na sua obra *Fenomenologia do Espírito* (1988) e retomado por Marx na obra *o Trabalho alienado*, (1993)); só após isto será possível mudar atitudes e comportamentos. Pegando em Paulo Freire (2014), pode-se dizer que a educação assume um papel decisivo e estratégico na libertação do indivíduo através da aquisição de saberes, de conceitos e de capacidades. Só através da “de uma revolução na educação”, em prol de uma sociedade mais justa, poderemos reverter os valores consumistas e individualistas, aleando o desenvolvimento económico à preservação dos recursos naturais e ao respeito pelas culturas e pelo Outro, sem que para isso se estabeleça qualquer escala hierárquica. Dando este enorme passo, ser-nos-á possível resgatar os princípios básicos da Educação Ambiental discutidos na conferência de Tbilisi e sintetizados por Leff (2011, p. 237) em dois princípios:

- “(i) Uma nova ética que oriente os valores e comportamentos sociais para os objetivos da sustentabilidade ecológica e equidade social;
- (ii) Uma nova conceção do mundo segundo um sistema complexo que leve a uma reformulação do saber e a uma reconstituição do conhecimento. Neste sentido, a interdisciplinaridade converte-se num princípio metodológico privilegiado da educação ambiental”

Porém, há que não descurar a componente individual. Se, por um lado, a própria praxis social funciona como motor da alteração do comportamento humano,



sabemos que muitas vezes a própria praxis social e as mudanças comportamentais daqui advindas, são, segundo Maturana e Varela (2001), fruto da carga emocional de cada um. Neste contexto, é a partir do conhecimento humano que podemos perceber a importância das emoções nas suas atitudes. Isto significa que é necessária uma mudança no domínio emocional, para que se possa operar uma mudança da nossa consciência relativamente aos valores ambientais. Conseqüentemente, aliado a esta alteração de consciência, a nossa atitude, enquanto cidadãos, evoluirá norteada por uma edificação cultural ancorada no amor e na aceitação do Outro (Maturana, 1997), procurando aqui os alicerces para uma sociedade sustentável.

Em Portugal a educação ambiental está longe de ter trazido uma nova compreensão do mundo. Dificilmente tem penetrado nas estruturas curriculares. Porém, embora com carácter pontual, nos últimos anos tem-se assistido à implementação de projetos e ações que de uma forma inovadora têm contribuído para uma consciencialização dos valores ambientais através da adoção de práticas interdisciplinares. Estes valores representam uma esperança para a promoção de um desenvolvimento fundado em bases ecológicas, de equidade social, diversidade cultural, democracia participativa e aceitação do Outro.

Neste artigo pretendemos apresentar o panorama da educação ambiental em Portugal, fazendo uma cronologia sumária de acontecimentos que relatam o despertar para esta consciência, referindo os principais instrumentos, reflexos e implementação de uma política ambiental. Complementarmente, apresentaremos alguns resultados de ações/projetos representativos da situação atual. Seleccionamos assim três ações/projetos distintos. Com isto, procurámos sublinhar: (i) o estado da Educação Ambiental em escolas de diferentes graus de ensino; (ii) a participação de atores sociais na gestão de bacias hidrográficas, através do caso de estudo de uma bacia; (iii) ações de carácter interdisciplinar que partindo da análise dos problemas ambientais e baseadas no jogo dramático, contribuem para a consciência de valores ancorados na aceitação do Outro. Terminamos com algumas reflexões do estado atual da Educação Ambiental, realçando as principais dificuldades e desafios.



2. Cronologia ambiental em Portugal

Apesar de Portugal ter procurado acompanhar o desenvolvimento doutros países, o seu passado, sobretudo o cunhado pela ditadura do Estado Novo, deixou algumas marcas indeléveis. Nessa altura, qualquer alerta sobre agressões ao ambiente era considerado um ato de revolta ao *status quo* vigente e, como tal, passível de repressão. A consciência ambiental assumiu de início um carácter conservacionista (naturalista e protecionista) na perspetiva de preservação dos habitats naturais e só mais tarde evolui para uma perspetiva mais alargada (ecologista e ambientalista), onde se integram as componentes social, político e humano (Teixeira, 2003).

De acordo com Tavares (2013) merecem destaque na primeira fase (protecionista) o poeta Sebastião da Gama que em 1947 demonstrou como a natureza e a identidade cultural de um povo estão interligadas, através do alerta que fez pela proteção da vegetação da Serra da Arrábida, ameaçada de desflorestação para fabrico de carvão. No ano seguinte em 1948 surge a Liga para a Proteção da Natureza (LPN), a mais antiga associação de defesa do ambiente do país e uma das mais antigas do mundo, que encabeçou, durante vários anos, a defesa dos princípios da conservação da natureza e da proteção do ambiente em Portugal. Soromenho-Marques (1998) faz ainda referencia ao livro *Quando os Lobos Uivam* de Aquilino Ribeiro, publicado em 1958, onde o autor alerta para a forma como a exploração florestal intensiva constituía uma ameaça à ruralidade de Portugal, e como a plantação massiva de pinheiros (surgimento da indústria da celulose em Portugal) em terrenos baldios vinha destruir a agricultura tradicional e alterar a paisagem nacional. Refira-se que este livro foi censurado pelo regime e apreendidos todos os exemplares editados.

Para além destes contributos premonitórios, até à democracia instaurada com a Revolução do 25 de Abril de 1974, a sociedade portuguesa esteve afastada de outras preocupações que não fossem os recursos cinegéticos e os recursos hídricos. Tudo o resto não era relevante numa ruralidade que aos poucos se desfazia, devido à migração da população para o litoral ou para o estrangeiro, bem como dos jovens para a guerra nas ex-colónias. Paralelamente a este desastroso decréscimo populacional nas zonas rurais assistia-se, com o consentimento do poder constituído, à instalação de importantes indústrias (eg. Complexo industrial de Sines), cujos efeitos funestos sobre o

401

Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. E-ISSN 1517-1256, v. 32, n.2, p. 397-411, jul./dez. 2015.



ambiente ainda hoje se fazem sentir (Tavares, 2013). Simultaneamente, nas cidades (nomeadamente Lisboa e Porto) assistia-se a uma grande ausência de ordenamento. Este processo de desordenamento, associado à imprevisibilidade climática, viria a desencadear um verdadeiro desastre ambiental que confrontou processos sociais, políticas de desenvolvimento e questões ambientais (Soromenho-Marques 1998). Na noite de 25 de Novembro de 1967, uma forte precipitação na zona metropolitana de Lisboa causou a morte a centenas de pessoas que habitavam, muitas delas ilegalmente, em margens de rios. Em contraponto às “causas divinas” evocadas pela facção mais obscura do regime, o arquiteto Gonçalo Ribeiro Teles indicou o desordenamento do território como a principal razão para o desastre. Mais do que a poluição industrial, seria esta catástrofe e o desordenamento do território, bem como a degradação da paisagem, o ponto de viragem que faria acordar o país para as questões ambientais (Tavares, 2013).

De facto durante o Estado Novo, o Ambiente era pouco mais que uma exploração exaustiva da água nas suas diversas utilizações, como se de um bem inesgotável se tratasse. Refira-se a título de exemplo que na década de 40, se assistiu à construção massiva de barragens, cuja finalidade era a produção de energia e a conversão de solos em grandes extensões para culturas de regadio.

Só com a Revolução de Abril de 1974 é que surgem os primeiros grandes progressos nas políticas de ambiente. A constituição da República Portuguesa de 1976 torna-se uma das constituições mais progressistas em matéria ambiental, consagrando no seu artigo 66º, os “direitos ao ambiente”. Em 1997, a 4ª revisão da Constituição da República Portuguesa neste mesmo artigo passa a atribuir ao Estado, em colaboração com as autarquias e com a participação dos cidadãos, a responsabilidade de promover a “Educação Ambiental” e o “respeito pelos valores do ambiente”.

Mas porque o ambiente constituía sobretudo um problema social (Santos, 1990), a política ambiental passa durante a década de 70 a centrar-se em questões de reivindicação do direito à habitação, e na legalização e requalificação dos bairros clandestinos dos arredores das cidades de Lisboa e Porto, carentes de ordenamento e de infraestruturas básicas. Entretanto, a segunda grande catástrofe ambiental tem lugar em 1975, quando um superpetroleiro dinamarquês, carregado com 88 mil toneladas de petróleo, encalhou à entrada do porto de Leixões, tendo-se incendiado e provocado uma



enorme explosão que viria a causar uma enorme maré negra, ainda hoje no topo das vinte maiores do mundo. É em 15 de Março de 1976 que se assiste ao primeiro conflito ambiental da democracia (e que se viria a prolongar até 1978), relacionado com o projeto de instalação, na localidade de Ferrel (concelho de Peniche), de uma central nuclear. O Governo e os setores económicos favoráveis à energia nuclear não conseguem travar os protestos de associações ecologistas, de intelectuais, de cientistas e da população em geral, e esta opção não é implementada.

A entrada de Portugal da Comunidade Económica Europeia, em 1986, constituiu um marco decisivo na história das políticas ambientais em Portugal. A Europa funcionou como motor externo através das linhas de financiamento comunitário. Incrementou-se assim, a construção de redes de abastecimento de água e de saneamento, a construção de vias de comunicação, ou aterros sanitários, a organização dos primeiros grandes encontros e de conferências na área do ambiente. É precisamente em Abril desse ano que a expressão “Educação Ambiental” é pronunciada pela primeira vez num debate parlamentar na Assembleia da República. No entanto, só em Outubro, com a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro), a Educação Ambiental surge reconhecida como um dos grandes objetivos de formação dos alunos, abrangente a todos os níveis de ensino.

Nos anos seguintes, Portugal vive duas grandes catástrofes ambientais: as marés negras de Sines (1989) e as de Porto Santo (1990).

Em 1990 é criado o Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais como consequência da importância que o ambiente passa a ter a nível político-governamental. Neste mesmo ano surge a Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA). Esta tem como objetivo o desenvolvimento da Educação Ambiental, nos sistemas de educação formal e não formal. Pretende ainda contribuir para a produção e divulgação de conhecimento no domínio da educação ambiental; propor e levar a cabo programas para a formação de professores e animadores no domínio da educação ambiental; fomentar a investigação e a troca constante de ideias, experiências e projetos nesta área.

Em 1993, o Instituto Nacional de Estatística dedica as primeiras estatísticas ao ambiente, e o Instituto Nacional do Ambiente passa a ser designado Instituto de Promoção Ambiental, presentemente Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Este



último ficou responsabilizado pela promoção de ações no domínio da formação e informação dos cidadãos e apoio às associações de defesa do ambiente. Acompanhando o dinamismo da evolução de conceitos a nível mundial, a Educação Ambiental é atualmente entendida pela APA no contexto mais amplo do desenvolvimento sustentável, sendo um fator determinante para a integração transversal dos objetivos ambientais nos sectores determinantes do desenvolvimento social e económico. De um modo abrangente, a APA procura não só desenvolver, mas também apoiar iniciativas de educação formal e não formal, quer subsidiariamente de organizações da sociedade civil, tais como ações de voluntariado, quer de outros organismos do Estado.

Em 1997, é criado o Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (Decreto-Lei n.º 221/97, de 20 de Agosto) no âmbito da Declaração do Rio, concretamente no Princípio 10, que recorda que as questões ambientais só poderão vir a ser solucionadas com a participação de todos os cidadãos interessados.

No início do novo milénio, marcado pela fragilidade do movimento ambientalista a nível nacional, Portugal encontra-se condicionado pela Europa e pelo Mundo. Enquanto é obrigado a adotar as políticas europeias, depara-se com dificuldades na implementação da agenda ambiental. Nos anos que se seguem, adensa-se a produção legislativa, embora se assista a sucessivas hesitações estratégicas no modelo de governação (problema a que a alternância partidária não soube dar resposta, e que persiste em 2015). É neste contexto que se implementa a Diretiva Quadro da Água (DQA, 2000) que estabelece o quadro da ação comunitária no domínio da política da água, para a Europa. A DQA é considerada um dos exemplos mais recentes em termos de legislação ambiental do Mundo. Os países assumem o compromisso de mudar as estratégias tradicionais da oferta, o que requer a criação de infraestruturas em larga escala. Todavia de uma forma absolutamente condicionante, de 2007 e até à atualidade, o país vive uma crise que coloca as questões ambientais à margem das principais políticas governamentais. Em Junho de 2011, com o XIX Governo Constitucional, assiste-se à junção, num mesmo Ministério, das áreas da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, resultando daqui o ofuscamento das questões ambientais devido ao peso da agricultura e da agenda do mar. Para além desta situação, verifica-se uma desaceleração de todo o processo de participação pública.



Assim, sob as desculpas demagógicas da austeridade, são desmembrados os Concelhos de Região Hidrográfica implementados na anterior legislatura, os quais são órgãos consultivos, previstos na DQA, por conseguinte a nível europeu. Neste, deveriam estar presentes desde representantes dos ministérios, até organizações técnicas, científicas e não governamentais, representativas dos usos da água na bacia hidrográfica.

3. Ações/projetos - implementação de valores ambientais

3.1 Projetos de Educação Ambiental nas Escolas

No âmbito de um estudo, cujo objetivo era o de avaliar a situação atual dos projetos de Educação Ambiental (EA) em diferentes graus de ensino, foram analisados inquéritos aplicados em 15.000 estabelecimentos escolares, tendo os seus autores realçado o seguinte Schmidt & Guerra (2013, p.15-16):

- “A EA decorre essencialmente, no seio da escola e à escola permanece confinada, raramente penetrando ou, ainda menos, envolvendo a comunidade. Os projetos de EA que preveem destinatários na comunidade ou pura e simplesmente, extraescolares, não ultrapassam os 7,1%;
- as parcerias surgem com pouca expressão e maioritariamente entre as áreas tradicionalmente ligadas ao ambiente ou à administração local e central, não envolvendo as famílias, nem os atores locais;
- Temáticas como a saúde ou a solidariedade social ficam de fora. Desta autolimitação decorre ainda, a dificuldade que parece explícita de atuar em rede;
- As temáticas mais abordadas restringem-se à política dos 3 Rs, fauna e flora. A conservação da natureza, por exemplo, que está na origem do movimento ambientalista português, parece ter sido transposta para o campo da EA, aí assentando arraiais.
- A questão dos resíduos e da política dos 3 Rs relaciona-se com a necessidade de, tanto a nível local como nacional, se cumprirem metas e existirem diretrizes europeias explícitas para se investir em projetos de EA. Daí a promoção desta área temática por parte de entidades públicas e por empresas de resíduos, patrocinadas também pela Administração Local e Central. Trata-se pois, de dois temas que, além de serem restritivos e abordados de forma pouco transversal, são relativamente secundários no panorama das efetivas preocupações nacionais.
- O peso dos estudantes e dos grupos mais jovens é ainda esmagador, o que aponta para uma espécie de “infantilização” da EA e para uma tendência especialmente recreativa e lúdica. A própria dificuldade de penetração da EA nos curricula é sintoma desta situação que resulta



duma desarticulação institucional persistente entre os vários ministérios envolvidos.

- Uma característica, que decorre das anteriores, prende-se com a própria “insustentabilidade” da EA, o que se constata através das dificuldades em dar continuidade às ações desenvolvidas. A maior parte destes projetos não resiste a mais de três anos”

Os autores sintetizam os resultados referindo “a complexidade dos fatores que moldam e estabelecem a capacidade de mudança da Educação Ambiental é elevada e depende de uma imbrincada teia de influências que passam por fatores externos (...) e internos (...). Para que este jogo de influências múltiplas ganhe eficácia, é necessário a capacidade de interagir com o mundo extraescolar e de mobilizar parceiros e participantes que possam, de uma forma continuada, dar sentido e coerência aos projetos de Educação Ambiental.”

3.3 Participação de atores sociais na gestão de bacias hidrográficas: Estudo de caso da bacia do rio Ardila

Num trabalho sobre participação de atores sociais na gestão de bacias hidrográficas foram realizados 42 inquéritos com o objetivo de compreender as perceções e opiniões dos atores sociais em relação à proteção do ambiente numa bacia específica – a bacia do rio Ardila (Rio Guadiana) (Durão *et al*, 2013). Dos 42 inquiridos, 38 responderam aos inquéritos o que se considera um bom resultado. A maioria dos inquiridos (82%) com idades compreendidas entre 25 e 55 anos, é do sexo masculino (58%), possui um curso superior (52%) e tem como atividade profissional a agricultura (53%). Dos 53%, 34% têm a agricultura como atividade principal e 19% como atividade secundária.

Para perceber o contributo dos inquiridos relativamente à proteção da bacia hidrográfica do Ardila, colocou-se uma pergunta aberta. Os resultados obtidos foram agrupados por categorias, nomeadamente: boas práticas agrícolas e ambientais (Não Poluir); ações de fiscalização (Fiscalizar); não faz parte das suas competências (Ação limitada); ações de sensibilização (Sensibilização) e não responde, ou não sabe (NR/NS).

A maioria dos inquiridos (58%) respondeu que se deve evitar a poluição do rio e seus afluentes na área envolvente, assim como evitar o uso de pesticidas. Contudo, 27% dos inquiridos não tem qualquer opinião acerca da proteção do rio e área



envolvente. Facto que evidencia a importância da informação e de se ter conhecimento para formar opinião. Os resultados indicam ainda que 58% dos inquiridos ouviram falar dos Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica (PGBH), contudo apenas 11% participaram na discussão pública, dos quais apenas 3% pertencem à administração local. Relativamente à questão colocada aos inquiridos que tinham participado na discussão pública PGBH (11%), sobre as ações que consideram importantes para proteger o rio Ardila e área envolvente, não se obteve qualquer resposta.

Evidencia-se que, mesmo quando existe participação, existe uma clara dificuldade em propor medidas, pelo que, o tipo de soluções adotadas nos PGBH é incompleto e incapaz de abranger os atores locais. No entanto, a grande maioria dos inquiridos (79%) mostrou-se disponível para ser contactada e participar em ações que possam ajudar a melhorar o rio Ardila e sua área envolvente. Esta situação vai ao encontro do referido por Vasconcelos (2004 como citado em Vasconcelos et al., 2011) de que os procedimentos de participação pública “atingem apenas uma parte muito específica e restrita de interessados”. Por outro lado, Schmidt e Guerra (2006) afirmam que “as pessoas não participam, porque se sentem distantes dos decisores e não acreditam que seja importante a sua intervenção”. Guerra (2006) realça que as dificuldades da participação são resultantes de fatores culturais, organizacionais, instabilidade das organizações, dispersão dos habitantes. Os cidadãos, não participam por falta de disponibilidade, não dispõem de conhecimento adequado, não acreditam na eficácia dos resultados e na sua capacidade de influenciar as decisões, receando por vezes de mostrar discordância das decisões dos governantes (Schmidt, 2008).

3.4 Novas iniciativas – Educação interdisciplinar como formação de habilidades para apreender uma realidade complexa

No âmbito das novas iniciativas que nos dão esperança e vontade de caminhar no trilho da Educação Ambiental em Portugal, destacamos o trabalho que o Grupo de teatro “O Chocalho” da CERCIESTREMOZ (cooperativa de educação e reabilitação de cidadãos com incapacidades) tem feito no domínio da inclusão social e da divulgação dos valores ambientais.



Para o encenador, Paulo Alves Pereira (também autor deste artigo), o princípio do Grupo está ancorado no respeito e valorização da diversidade. “Para nós a heterogeneidade é algo ‘normal’. Apostamos na Educação Inclusiva e quando gritamos bem alto *slogans* tais como, ‘é normal ser diferente’, ‘a diferença torna-nos fortes’, ‘todas as crianças são especiais’, queremos não só referir-nos ao estabelecido na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência quanto à importância da educação inclusiva, mas sobretudo sublinharmos que esta é uma tarefa de toda a sociedade”.

A primeira peça deste grupo, com argumento do encenador, foi enriquecida com os poemas de Cecília Meireles e com frases extraídas da Comunicação intitulada “Viver interculturalmente a única postura ecológico-política possível para a nossa sobrevivência”, apresentada por Maria Manuela Morais e Paulo Alves Pereira, em Maio de 2014, no XVI Encontro da Rede de Estudos Ambientais de Países de Língua Portuguesa, em Manaus/Brasil (em prep.).

Neste espetáculo, marcado pelo teatro físico, com forte representação coreográfica e musical, representa-se a história da humanidade através da referência alegórica aos quatro elementos - Ar, Água, Fogo, Terra. Os atores, todos utentes da CERCI, assumem a postura digna de quem alerta para a necessidade urgente da reconversão de valores, aleando o desenvolvimento económico à preservação dos recursos naturais e ao respeito pelas culturas e pela diferença, com base nos princípios de igualdade e tolerância e sem que para isso se estabeleça qualquer escala hierárquica. E é precisamente aí que entra de uma forma natural o quinto elemento “O Amor”, linha condutora de toda a ação.

Este espetáculo é assim composto por uma sequência de quadros que tecem um comentário sobre a Humanidade. É uma peça que nos sugere a interculturalidade como algo possível e necessário. É ao mesmo tempo parábola de esperança: apenas na Fraternidade, na Compreensão, na Tolerância e no Amor, poderemos encontrar uma saída para os males que hoje assolam a Humanidade. Representa igualmente um exercício de interdisciplinaridade que interliga conceitos científicos e práticas pedagógicas através da expressão artística.



Também para Maturana & Varela (2001), a emoção que funda o social é o amor, uma vez que o amor se refere à aceitação do Outro, pois quando não existe essa aceitação, torna-se impossível o fenômeno social e sem esse não há humanidade.

4. Reflexões

Portugal ainda vive uma crise que coloca as questões ambientais à margem das principais políticas governamentais, pelo que as decisões na área do ambiente não são implementadas de forma integrada. Os grandes passos em matéria de política ambiental foram ditados por impulsos e pressão externa, mais do que por qualquer pressão interna da opinião pública ou do movimento associativo. Provavelmente como consequências de uma herança pesada de décadas de ditadura, ainda hoje existem obstáculos a uma cidadania em pleno e a uma articulação entre o Estado e a sociedade civil, que inibe o diálogo entre governantes e governados. Também por isso, as políticas ambientais não têm resultado deste envolvimento, mas sim do maior ou menor empenho da tutela, obedecendo a uma trajetória de personalização.

Em Portugal a Educação Ambiental está longe de ter trazido uma nova compreensão do mundo. Dificilmente tem penetrado nas estruturas curriculares da educação formal, correspondendo a uma multiplicidade de projetos que abarcam uma ampla diversidade temática sempre em função dos interesses disciplinares daqueles que assumem a responsabilidade na condução desses projetos ou de metas que se pretendem cumprir.

Quarenta anos depois dos primeiros passos na construção de uma política ambiental, seria desejável que a sociedade tivesse evoluído ao mesmo ritmo que a administração. No entanto, a institucionalização das políticas sucedeu-se sem participação e sem uma base social de apoio. Por outro lado, o movimento associativo, em torno do qual a sociedade se reuniu no início da democracia, perdeu importância nos últimos anos, talvez devido ao corte dos financiamentos públicos que se foram sucedendo e a um desânimo generalizado que coloca no desemprego milhares de jovens, empurrando outros tantos para fora de fronteiras na procura de meios de subsistência. De acordo com dados publicados em 8 de Outubro de 2015 (<http://www.publico.pt/economia/noticia/>), a Organização Mundial de Trabalho (OIT)



refere que Portugal é um dos seis países do Mediterrâneo cuja taxa de desemprego jovem ultrapassa os 30%, apesar do decréscimo que tem vindo a registar-se na Europa entre 2012 e 2014.

Como consequência em 2015, continuamos a ter uma sociedade que reage (ainda assim quando o faz) invés de agir!

Todavia como sinal de resistência a políticas inconsequentes ditadas por pressões externas, vinculadas ao capital financeiro internacional que pretende estabelecer uma ordem comum de funcionamento sem rosto, surgem ações e projetos piloto que lançam novos desafios para um desenvolvimento fundado em bases ecológicas, de equidade social, diversidade cultural e aceitação do Outro.

A nossa reflexão mostra-nos que apenas através de uma prática assente nestes pressupostos se poderá usufruir em pleno do direito à educação, estabelecido na Constituição, permitindo a cada um e a cada sociedade participar na gestão dos seus processos de produção, decidir sobre as suas condições de existência e definir a sua qualidade de vida.

5. Referências

BRAGA, B., CHARTRES, C., COSGROVE, W., da CUNHA, L. V., GLEICK, P., KABAT, P., KADI, M., LOUCKS, D., LUNDQVIST, J., NARAIN, S., XIA, J. **Water and the Future of the Humanity**. Revisiting Water Security. Springer, Calouste Gulbenkian Foundation, Lisbon, Portugal, 2014.

DQA. Diretiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho 23 de Outubro de 2000. Jornal Oficial das Comunidades Europeias, 2000.

DURÃO, A; Viegas-Piteira, A; Morais, M. Participação de atores sociais na gestão de bacias hidrográficas: Estudo de caso da bacia do rio Ardila. **ATAS do VII Congresso Português de Sociologia**, 2013

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 57ª ed. ver. e actual. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2014

HEGEL, F., **Fenomenologia do Espírito**. Parte I. Editora Vozes Lda. Petrópolis, RJ, Brasil, 1988

IPCC, Climate Change. Mitigation of Climate Change. Contribution of Working Group III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Edenhofer, O., R. Pichs-Madruga, Y. Sokona, E. Farahani, S. Kadner, K. Seyboth, A. Adler, I. Baum, S. Brunner, P. Eickemeier, B. Kriemann, J. Savolainen, S. Schlömer, C. von Stechow, T. Zwickel and J.C. Minx (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA., 2014

410

Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. E-ISSN 1517-1256, v. 32, n.2, p. 397-411, jul./dez. 2015.



- LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. 5ª ed. São Paulo, Cortez Editora, 2010
- LEFF, E. **Saber Ambiental, Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 8ª ed. Petropolis, RJ, Editora Vozes, Lda, 2011
- MAIA, J. S. da S. **Educação Ambiental**. Formação de Professores. 1ª ed. Curitiba, Appris, 2015
- MARX, K. **O Trabalho Alienado in Manuscritos Económicos Filosóficos**, Lisboa: Ed. 70 1993
- MATURANA, H. **A ontologia da realidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997
- MATURANA, H. & VARELA, F. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. São Paulo: Palas Athena, 2001
- MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Porto Alegre. Sulina, 2006
- MORIN, E. **O Método**. 2ª ed. Publicações Europa America, Lda, 1977
- SCHMIDT, L. & Guerra, J. Participar ou não participar: entre o querer e o fazer. Encontro A Cidade para o Cidadão. O Planeamento de Pormenor em Questão. Acessado em 16 de Outubro de 2015, 2006 <http://www.ics.ul.pt/rdonweb-docs/09%20-%20Participar%20ou%20n%C3%A3o%20participar.pdf>
- SCHMIDT, L. **A Participação Pública no Planeamento Hidrológico**. O Planeamento Hidrológico e as Alterações Climáticas no Contexto Transfronteiriço. Lisboa. Acessado em 16 de Outubro de 2015 em 4 Maio, 2012, 2008 <http://www.cadc-albufeira.eu/imagens/es/>
- SCHMIDT, L. & Guerra J.. Do Ambiente ao Desenvolvimento Sustentável: Contextos e Protagonistas da Educação Ambiental em Portugal. **Rev. Lusófona de Educação** no.25 Lisboa dez, 2013
- SOROMENHO-MARQUES, V. (1998). **O futuro frágil – Os desafios da crise global de ambiente**. Lisboa: Publicações Europa-América.
- SOUSA SANTOS, B. **O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)**. Porto: Edições Afrontamento, 1990
- TAVARES, B. R.. **O Ambiente e as Políticas Ambientais em Portugal: contributos para uma abordagem histórica**. Dissertação de Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação. Universidade Aberta, 2013
- TEIXEIRA, F. **Educação Ambiental em Portugal – Etapas, Protagonistas e Referências Básicas**, Lisboa: Liga para a Proteção da Natureza, 2003
- VASCONCELOS, L., Duarte, L., Veiga, B., Valarié, P. Casimiro, I. Cuamba, B., Sayago, D., Sobral, M. C., Olímpio, M. Ecosistemas, Água e Participação: estratégias nas políticas de recursos hídricos do Portugal, Brasil e Moçambique. **Ecologi@**, (2), 29-41, 2011

